

TELEJORNAL E CORRUPÇÃO: NOTÍCIAS NEGATIVAS, PERCEPÇÃO NEGATIVA?¹

Nuno Coimbra Mesquita

INTRODUÇÃO

O tema da corrupção é vital para a teoria democrática. Uma das dimensões procedimentais da qualidade da democracia, a *rule of law* – ou primado da lei – implica que a corrupção seja “minimizada, detectada e punida, nos ramos políticos, administrativos e judiciários do Estado”². Do ponto de vista econômico, a corrupção causa aumento nos custos de transação e redução dos incentivos ao investimento, resultando em um menor crescimento econômico. Do viés político, existem evidências de que o contato com a corrupção faça com que as pessoas acreditem menos na legitimidade de seu sistema político e exibam menores níveis de confiança interpessoal³. Dessa forma, para além de comprometer *procedimentos* de uma democracia com qualidade, a corrupção também afetaria a qualidade do seu *conteúdo*.

Existe, no entanto, outra dimensão mais subjetiva, que relaciona a corrupção a essa qualidade do conteúdo do regime: a *percepção* do problema. Isto é,

1. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, Unicamp, Campinas-SP; 29/07 – 01/08/08. Agradeço a ajuda de Clécio Ferreira com a análise estatística.
2. L. Diamond e L. Morlino, “The Quality of Democracy: an Overview”, em *Journal of Democracy*, 2004, p. 8.
3. M. A. Seligson, “The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries”, em *The Journal of Politics*, 2002.

não é só a corrupção em si que pode afetar a qualidade da democracia, mas também a impressão, por parte da população, de que ela esteja aumentando ou seja um problema sério, por exemplo. Desse ponto de vista, elemento crucial a ser estudado é o papel dos meios de comunicação. A informação política contida diariamente na mídia é parte constitutiva do universo simbólico dos cidadãos, responsável também pela formação das convicções que possam ter acerca de questões públicas, para além de suas experiências concretas e outras fontes mediadas, como conversas com a família e amigos, por exemplo.

No Brasil, os meios de comunicação são frequentemente acusados de terem um viés antipolítico, em que são fartas notícias negativas sobre esse campo⁴. No segundo semestre de 2005, sabe-se que notícias de escândalos de corrupção, em que autoridades públicas foram alvos frequentes de escândalos políticos – o principal sendo conhecido como o do “mensalão” – dominaram o noticiário político⁵. Ao mesmo tempo, os dados do *survey* “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas”⁶ indicam que quase 60% dos brasileiros acreditam que a corrupção aumentou muito naquele último ano no Brasil, enquanto 98% acreditam que a corrupção é um problema sério. Além disso, a maioria das pessoas percebe desvios de conduta sendo praticados pela maior parte ou todos os políticos, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 Percepção de comportamento dos políticos.

	Em % Todos	Maioria	Minoria	Nenhum	ns/nr
Mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo	32,1	56,7	9,3	0,5	1,3
Superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal	31,4	57,4	9,8	0,2	1,2
Usar “caixa 2” em campanhas eleitorais	38,9	49,3	9,5	0,9	1,4

ns/nr: não sabe, não respondeu

Fonte: projeto “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas” (2006).

- Porto, 2000a; V. Chaia e M. A. Teixeira, “Democracia e Escândalos Políticos”, em *São Paulo em Perspectiva*, 2001.
- O principal telenoticiário do país, o *Jornal Nacional*, apresentou uma agenda extremamente negativa em relação ao campo da política durante a crise política de 2005. Mais de 70% das notícias de esfera pública foram dedicadas à crise e a outros casos de corrupção (Cf. N. C. Mesquita, “Jornal Nacional, Democracia e Confiança nas Instituições Democráticas”.em J. A. Moisés (org), *Democracia e Confiança: por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?*, 2010).
- “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas”, 2006. Sob responsabilidade dos professores Dr. José Álvaro Moisés (USP) e Dra. Rachel Meneguello (Unicamp).

A questão é saber se existe conexão entre esses dois fenômenos. A preocupação desse capítulo, portanto, é como a televisão – mais especificamente o telejornal – se relaciona com as atitudes políticas dos cidadãos ligadas à corrupção. Para esse objetivo, pretende-se investigar, particularmente, o Jornal Nacional, da Rede Globo. Sabendo da cobertura extensivamente negativa sobre a política que o telejornal apresentou durante o segundo semestre de 2005, se quer saber se, de alguma forma, esse telenoticiário está associado a atitudes negativas dos cidadãos em relação à corrupção e à avaliação que eles fazem de seus governantes. Para isso, utilizam-se dados do *survey* “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”⁷ para examinar possíveis associações entre audiência do telejornal e percepções dos cidadãos sobre esses temas.

O texto discute inicialmente a questão da corrupção para a teoria democrática, bem como as abordagens sobre o papel do jornalismo para a percepção do problema. Dessa discussão teórica derivam hipóteses empiricamente verificáveis. Em seguida, apresentam-se os dados analisados referentes ao impacto do telenoticiário em questão para percepção dos indivíduos do problema da corrupção e a avaliação que fazem das principais instituições. Por fim, apresentam-se as conclusões iniciais sugeridas pelos resultados.

MÍDIA, CORRUPÇÃO E DEMOCRACIA

Os meios de comunicação são uma variável importante para a qualidade democrática. Parte do pressuposto democrático é a existência de liberdade de expressão e de fontes alternativas de informação para que os cidadãos possam formular suas preferências⁸. Assim, é relevante saber como os assuntos do Estado são tratados pela mídia e como isso pode impactar percepções, valores e orientações dos indivíduos acerca de assuntos públicos. Existem perspectivas distintas sobre esse papel. Alguns autores acreditam que a mídia tem representado um papel pernicioso para a democracia na maneira que cobre os assuntos públicos⁹. Uma ênfase em notícias negativas sobre a política, tratadas de forma simplista, acabariam

7. “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas” (2006)

8. R. Dahl, *Polyarchy*, 1971.

9. T. Patterson, “Time and News: The Media’s Limitations as an Instrument of Democracy International”, em *Political Science Review*, 1998; J. Cappella K. Jamieson, *Spiral of Cynicism: the Press and the Public Good*, 1997.

afetando a maneira como os cidadãos veem a política, podendo fomentar o cinismo do público em relação a políticos e à política em geral. Entretanto, também existe a perspectiva de que os meios de comunicação têm o poder de informar e mobilizar as pessoas politicamente. O acesso cada vez maior a informações políticas, aliado a maiores níveis educacionais ajudariam a mobilizar os cidadãos, tanto no aumento do conhecimento, quanto em termos comportamentais¹⁰.

No geral, ainda que com hipóteses opostas, esses trabalhos se preocupam em como as mensagens ou o consumo de mídia pode influenciar na maneira pela qual o cidadão se relaciona com o Estado e seus assuntos. Quer saber, por exemplo, se a mídia é capaz de influenciar no apoio político dos cidadãos (como abordado no capítulo 5 deste livro). O tema da legitimidade democrática é uma das dimensões importantes para se investigar o impacto dos meios de comunicação, mas não a única. Outro elemento essencial, com forte relação com a própria legitimidade do regime, é a corrupção. Isto porque ela fere um dos pressupostos de uma democracia de qualidade, que é o primado da lei. O uso de bens públicos para fins privados – como usualmente se define corrupção – subverte o princípio de que todos são iguais perante a lei.

O tema da corrupção tem recebido tratamentos distintos. Sob o ponto de vista econômico, a corrupção tem demonstrado ter um impacto negativo no investimento e crescimento de nações em desenvolvimento. Entre outros motivos, isso acontece porque serviços contratados pelo Estado são feitos por empresas que pagam suborno, o que implica serviços que não atendam a padrões de qualidade. Além disso, propinas não pagam impostos, sonogando ao Estado receitas que poderiam ser utilizadas em benefício da população¹¹.

Sob o ponto de vista político, ainda que existam perspectivas de um possível efeito benéfico da corrupção¹², é cada vez mais proposto o papel pernicioso que ela produz sobre outros aspectos da comunidade política. Seligson¹³, em estudo sobre o impacto da corrupção em quatro países latino-americanos demonstrou que aqueles que já tiveram alguma experiência

10. P. Norris, *Critical Citizens*, 1999; Newton, 1999b.

11. M. A. Seligson, *op. cit.*

12. É o caso da escola funcionalista, que considera a corrupção um mal necessário, possibilitando aos cidadãos superar burocracias intransigentes e ineficientes, ao mesmo tempo em que aumentam a lealdade ao sistema político (*Idem*).

13. *Idem*.

com a corrupção têm menor probabilidade de acreditar na legitimidade de seu sistema político, ao mesmo tempo em que possuem menores níveis de confiança interpessoal. O estudo demonstrou, ainda, que mesmo aqueles que acreditam que a corrupção serve para superar certos entraves burocráticos, também têm seu apoio à legitimidade do sistema abalado ao terem contato com práticas corruptas.

Trabalhando com dados de países da América Latina, Moisés e Carneiro¹⁴ demonstraram que aqueles que mais acreditam que a corrupção seja um problema sério em seus países tendem a estar mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia. A porcentagem daqueles que optam por uma “democracia sem congresso nacional” também é maior entre aqueles que acreditam que o problema da corrupção tenha aumentado¹⁵.

Mignozzetti¹⁶ analisa o impacto da corrupção para a qualidade da democracia em diversos países. Seus dados revelam que a corrupção, medida pelo Índice de Percepções da Democracia (IPC) da Transparência Internacional, afeta a qualidade da democracia. Para essa mensuração, o autor utilizou – como variável aproximada – dados da Freedom House, que corresponde ao nível de liberdades civis e políticas. Quanto maior a corrupção, menor o desempenho dos países nesse índice.

No caso brasileiro, trabalhando com dados do *survey* “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”¹⁷, Dal Pino¹⁸ analisa o impacto da percepção do problema da corrupção sobre a confiança governamental. Seu estudo comprovou que maiores índices de percepção de corrupção se relacionam a menores níveis de confiança.

Esses trabalhos apontam como a corrupção, ou a percepção que se tem dela, pode afetar importantes aspectos da vivência democrática. No entanto, a percepção que se tem da corrupção não é função somente da experiência prática que se possa ter com ela no dia a dia. Cidadãos que nunca tenham sido abordados com pedidos de suborno, por exemplo, podem ter sua percepção afetada de acordo com outras informações a que estão expostos diariamente sobre o tema, em especial nos meios de comunicação de massa. Dito de ou-

14. J. A. Moisés & G. O. Carneiro, “Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – o Caso do Brasil”, em J. A. Moisés (org), *Democracia e Confiança: por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?*, 2010.

15. Moisés, 2008b.

16. U. G. Mignozzetti, *O Impacto da Corrupção Sobre a Qualidade da Democracia*, 2009.

17. “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas”, 2006.

18. J. C. Dal Pino, *Corrupção e Desconfiança Política das Instituições Democráticas Brasileiras*, 2009.

tra maneira, é relevante se as abordagens da mídia sobre comportamentos corruptos de agentes públicos afeta a maneira pela qual as pessoas percebem o problema da corrupção.

Em estudo sobre os países do sul da Europa, Morlino¹⁹ fez uma análise de tendências entre o aumento da cobertura de casos corrupção nos meios de comunicação e da insatisfação política. O resultado foi uma correlação significativa entre o aumento desse tipo de notícia e a elevação da insatisfação. Sobretudo na Grécia e na Itália, a correlação foi mais robusta, demonstrando um maior sentimento de ineficácia política nesses dois países. De forma semelhante, Pharr²⁰ demonstra que o aumento no número de notícias sobre corrupção em um dos principais jornais do Japão corresponde à elevação nos níveis de insatisfação política. A autora complementa a análise de tendências com uma análise de regressão, confirmando forte correlação entre esses dois fenômenos.

No Brasil, o estudo dos meios de comunicação como fator influente na política concentra-se principalmente no comportamento da mídia. Existe uma abordagem quase dominante que acusa os meios de comunicação de exacerbarem seu papel de guardião da coisa pública, focando em especial os aspectos negativos da política. Para Porto²¹, a mídia brasileira possui um viés antipolítico e anti-institucional. Uma cobertura essencialmente negativa, especialmente do Poder Legislativo, estaria centrada em temas como a corrupção, o nepotismo o clientelismo e outras irregularidades.

Essa visão é compartilhada por outros autores. Chaia e Teixeira²² acreditam que o jornalismo investigativo resultou em “escândalos midiáticos”. Analisando as edições das revistas semanais *Isto É* e *Veja* durante o período em que ocorreram vários escândalos políticos em 2001, concluíram que esse tipo de notícia pode ter o aspecto positivo de provocar um aumento da fiscalização nas atividades dos políticos. O aspecto negativo, não obstante, fica por conta de o acúmulo de “maus exemplos” de políticos poder levar a uma descrença nas instituições.

19. L. Morlino, *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups and Citizens in Southern Europe*, 1998.

20. S. J. Pharr, “Officials Misconduct and Public Distrust: Japan and the Trilateral Democracies”, S. J. Pharr, R. D. Putnam, *Disaffected Democracies: What’s Troubling the Trilateral Countries?*, 2000.

21. Porto, 2000a.

22. V. Chaia e M. A. Teixeira, *op. cit.*

Lima²³, em análise de conteúdo de jornais, revistas e telejornais, durante o período do “mensalão” em 2005, observou uma cobertura predominantemente negativa do governo e dos partidos políticos que, segundo o autor, distorceu e omitiu fatos. Para ele, a cobertura teria se caracterizado por ser um “escândalo político midiático”, caracterizado como um evento que só existe *na e pela* mídia. O autor conclui que predominou na mídia a “presunção da culpa” dos envolvidos na crise, acarretando em um desvio das regras e dos princípios éticos da profissão.

Em um estudo sobre os editoriais de jornais paulistas entre 2003 e 2004, Chaia e Azevedo²⁴ encontraram uma ênfase na cobertura da ação do Executivo, em especial a Presidência e os ministérios, além do funcionamento do Congresso Nacional. O Senado, alvo principal da pesquisa dos autores, contou com uma cobertura pequena durante o período. O conteúdo em relação a essa instituição, no entanto, foi predominantemente negativo. Os jornais analisados compartilharam uma visão negativa que se traduziu em críticas ao fisiologismo, ao absentéismo, à infidelidade partidária, ao “troca-troca” de legendas e a certos comportamentos morais e éticos considerados reprováveis.

Os autores mostram que as críticas são quase sempre feitas a partir de casos individuais. Não obstante, acreditam que o enquadramento negativo em relação aos membros do congresso, por extensão, acaba por fazer o mesmo com a própria instituição. Ainda que os editoriais também tenham apresentado enquadramentos positivos, os autores acreditam que são as críticas repetidas e recorrentes que formatam de forma mais nítida a imagem da instituição para o público.

Miguel e Coutinho²⁵, analisando a cobertura do escândalo do “mensalão” também em editoriais de jornais, encontraram, da mesma maneira, uma predominância de notícias negativas e centradas em atores políticos que teriam descumprido regras legais ou normas morais que deveriam reger o comportamento político. Para esses autores, entretanto, a ênfase da cobertura negativa ser em agentes políticos e não nas instituições tem repercussões distintas. Enquanto para Chaia e Azevedo²⁶ notícias negativas sobre indivíduos representam, “por extensão”, um tratamento negativo da própria instituição,

23. V. A. Lima, *Mídia: Crise Política e Poder no Brasil*, 2006.

24. V. Chaia e F. A. Azevedo, “O Senado nos Editoriais Paulistas (2003-2004)”. *Opinião Pública*, 2008.

25. L. F. Miguel e A. Coutinho, 2007.

26. V. Chaia e F. A. Azevedo, *op. cit.*

para Miguel e Coutinho²⁷ essa crítica estritamente individual falha ao não reconhecer que parte dos problemas apontados também são fruto de um sistema político com necessidade de reformas; ao contrário de Chaia e Azevedo²⁸, portanto, acreditam que a cobertura apresentou um caráter deferente ao sistema político e a suas principais instituições.

O tratamento negativo da política não se restringe à imprensa escrita. Porto²⁹ em estudo de análise de conteúdo, demonstra como o tema político mais frequente apresentado pelo Jornal Nacional, principal telenoticiário do país, foi a corrupção e escândalos políticos, ocupando quase metade de todo o tempo da cobertura política. Apesar da ênfase nesse tema, seu tratamento teve um caráter mais descritivo, que o autor chama de enquadramento episódico. Sendo que 80% dos enquadramentos tiveram essa característica. Essa informação é importante, já que, em uma pesquisa qualitativa, o autor verificou que, quando o jornal assume um enquadramento ou interpretação específica de um assunto – que ele chama de enquadramento restrito –, os telespectadores têm maior tendência a aceitar essa interpretação do que quando ele apresenta uma notícia com mais de uma interpretação possível, chamado de enquadramento plural. Significa que ainda que demonstrada certa influência potencial do telenoticiário, a ênfase em uma cobertura mais descritiva do que interpretativa representaria uma menor probabilidade de essa influência ocorrer.

Entretanto, ao contrário do que essa literatura baseada em análises de conteúdo pode fazer supor, não é claro que esse conteúdo afete negativamente percepções que as pessoas têm do regime político. Utilizando dados estatísticos provenientes do *survey* Eseb de 2002³⁰, Schlegel³¹ verificou que, controladas as características socioeconômicas dos entrevistados, não há associações significativas entre assistir a telejornais e ter menores níveis de confiança em instituições e atores políticos. A exceção, encontrada pelo autor, foi uma associação positiva entre aqueles que responderam ter assistido a um telejornal ao menos uma vez na semana (três quartos da amostra) e que apresentaram maior adesão aos partidos, vendo-os como elemento necessário à democracia.

27. L. F. Miguel e A. Coutinho, *op. cit.*

28. V. Chaia e F. A. Azevedo, *op. cit.*

29. Porto, 2002b.

30. Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2002. Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop/Unicamp).

31. R. Schlegel, “Informação e Desconfiança nas Instituições no Contexto Latino-Americano”, em *Anais... Congresso da Alacip*, 3., 2006

Estudo feito com o *survey* “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas”³² demonstrou que, no Brasil, esses efeitos são mais de orientação positiva. Assistir ao telenoticiário *Jonal Nacional* mostrou-se positivamente associado a diversos indicadores de apoio público ao regime democrático. Quem mais assiste ao noticiário mencionado tende a estar mais satisfeito com a democracia, além de possuir maiores índices de confiança no governo, nas Forças Armadas, no presidente, nos bombeiros, no Poder Judiciário e nos empresários³³.

Esses resultados foram encontrados a despeito de um período em que predominou uma agenda fortemente pautada por denúncias de corrupção. O mesmo estudo empregou uma análise de conteúdo durante o segundo semestre de 2005. Concluiu-se que 70% do tempo dedicado a assuntos públicos foi negativo. Apesar disso, a maneira como o noticiário abordou os temas referentes a esse assunto não se caracterizou por uma abordagem mais cínica em relação à política. Uma interpretação mais descritiva foi encontrada em 90% das notícias durante o período. A agenda negativa que o *Jornal Nacional* apresentou se restringiu à apresentação de desvios individuais, em que políticos e outros agentes públicos foram mostrados em atividades antiéticas e ilegais. O sistema e suas instituições em nenhum momento foram alvo de críticas ou de caracterizações depreciativas por parte do telejornal. Esse fato ajuda a explicar por que os maiores consumidores do noticiário não desconfiam mais das instituições e nem são menos satisfeitos com a democracia, mas, ao contrário, apresentam associações positivas.

Notícias sobre corrupção podem aumentar a percepção, por parte dos indivíduos, de que os governos e autoridades são vigiados e responsabilizados por suas ações pela mídia, o que garantiria um clima de maior confiança. No entanto, em relação à questão específica da corrupção, as informações a esse respeito podem ter um impacto diferenciado sobre o indivíduo, tornando-os mais cômicos do problema. Dessa forma, é possível que conteúdos negativos da mídia brasileira não estejam afetando diretamente determinadas atitudes do cidadão em relação à política. Mas a contínua ênfase em relatos de corrupção e malversação de recursos públicos pode ter a capacidade de influir na noção que as pessoas têm desse problema. Como a percepção da corrupção tem se demonstrado como relevante para

32. “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas” (2006)

33. N. C. Mesquita, *op. cit.*

a desconfiança institucional e a legitimidade democrática³⁴, a longo prazo – e de maneira indireta – isso poderia fomentar maior descrédito para as instituições e a democracia.

* * *

Na literatura nacional e internacional, portanto, existe o entendimento de que tanto a corrupção, quanto a percepção desse problema por parte dos cidadãos, é um elemento pernicioso para a legitimidade democrática. A percepção do problema da corrupção, por sua vez, não é função apenas do contato pessoal que se possa ter com ela, mas também das informações a que se está exposto diariamente a esse respeito, em especial pelos meios de comunicação. No caso brasileiro, análises de conteúdo têm demonstrado uma persistente cobertura negativa por parte dos meios de comunicação, em que se dá um destaque excessivo a notícias sobre corrupção de agentes públicos. Durante o segundo semestre de 2005, o escândalo conhecido como “mensalão”, além de outros casos de corrupção, prevaleceram no mais importante telejornal do país, o Jornal Nacional da Rede Globo³⁵. Com uma forte carga de notícias negativas sobre práticas corruptas no noticiário, a hipótese é que:

H1: assistir Jornal Nacional afeta de maneira *negativa* a percepção dos indivíduos em relação ao comportamento dos políticos (superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal, usar “caixa dois” em campanhas eleitorais e mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo); a percepção sobre o problema da corrupção (no último ano, durante o Governo Lula e percepção de que seja um problema sério), além da avaliação da situação política atual.

Essa primeira hipótese leva em consideração que mensagens específicas sobre determinados assuntos têm maior poder de impacto sobre o que as pessoas consideram. Ou seja, quanto maior cobertura sobre corrupção, maior a percepção desse problema por parte dos indivíduos. Essa maior ciência – derivada de maior informação sobre o assunto –, no entanto, aumentaria a cognição dos indivíduos. Ao ver irregularidades no trato com

34. J. A. Moisés & G. O. Carneiro, *op. cit.*; J. C. Dal Pino, *op. cit.*

35. N. C. Mesquita, *op. cit.*

a coisa pública por parte de agentes do Estado sendo expostos na mídia e, ao mesmo tempo, as instituições encarregadas de investigá-las e puni-las (como o caso das Comissões Parlamentares de Inquérito ou do Ministério Público, por exemplo), esses indivíduos teriam condições de avaliar melhor tais instituições, justamente por vê-las em funcionamento. Dessa maneira, e amparado em resultados anteriores que demonstraram que a confiança institucional e a satisfação com a democracia são impactadas de maneira positiva pela audiência do Jornal Nacional³⁶, acredita-se que:

H2: assistir ao Jornal Nacional está associado de maneira *positiva* à avaliação de instituições e de políticos (governo, Congresso, presidente, deputados e senadores, partidos políticos).

RELAÇÕES: JORNAL NACIONAL, CORRUPÇÃO E AVALIAÇÃO

O conteúdo do Jornal Nacional durante o segundo semestre de 2005 contou com uma proporção muito grande de notícias negativas sobre o campo da política, mais especificamente relatos de corrupção por parte de políticos e partidos. A hipótese inicial, assim, era que a audiência do noticiário se associasse negativamente com a percepção que as pessoas têm de corrupção, assim como a avaliação que elas fazem da situação política atual, mas positivamente em relação à avaliação que os cidadãos fazem de seus representantes.

Para testar as hipóteses propostas, utilizou-se uma taxa de consumo de Jornal Nacional. Ela corresponde à proporção de consumo do noticiário Jornal Nacional em relação à audiência de televisão em geral (quanto maior a proporção de consumo em relação ao restante dos programas de televisão, maiores são os efeitos verificados)³⁷.

O primeiro passo é verificar o impacto dessa taxa na explicação de cada uma das variáveis listadas na tabela 2 (percepção de corrupção e avaliação). Sendo as variáveis ordinais, optou-se por realizar uma regressão categórica³⁸.

36. *Idem*.

37. Para maiores detalhes dessa taxa, ver Capítulo V deste livro. De agora em diante, ao falar-se de consumo de Jornal Nacional, está se referindo sempre a essa taxa, ou seja, sempre levando em consideração, também, o consumo televisivo.

38. (*Optimal Scalling* no SPSS). A regressão categórica quantifica dados categóricos dando valores numéricos às categorias. Isso resulta em uma equação de regressão linear *optimal* para as variáveis transformadas.

Tabela 2 Percepção de corrupção e avaliação

Coeficientes de regressão (beta) de Taxa JN, controlados ou não por variáveis socioeconômicas							
	Aumentou corrúpção último ano	Corrupção é um problema sério	Comportamento dos políticos 1 (mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo)	Comportamento dos políticos 2 (superfaturar obras públicas e desviar dinheiro patrimônio pessoal)	Comportamento dos políticos 3 (usar “caixa 2” em campanhas eleitorais)	Corrupção e tráfico de Influência Governo Lula	Avaliação da situação política
TXJN c/ controle	ns	ns	ns	ns	ns	0,043*	ns
R ²							0,038
N							1799
	Avaliação Governo Lula	Avaliação do Congresso	Avaliação dos Partidos	Avaliação do Governo	Avaliação do Presidente	Avaliação dos Deputados e Senadores	
TXJN c/ controle	ns	ns	0,041*	0,041*	ns	0,044*	
R ²			0,019	0,041			0,022
N			1814	1829			1812

Significância: *p < 0,10, **p < 0,05, ***<0,01. N= número de casos. Controlado por: sexo, idade, escolaridade, renda.
Fonte: projeto “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas” (2006).

Como demonstrado na tabela 2, não existe qualquer associação entre a taxa de consumo do noticiário e a percepção, por parte dos cidadãos, de que a corrupção tenha aumentado no último ano ou que seja um problema sério. Também não há relação entre a taxa e a percepção de que seja comportamento de todos os políticos superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal, usar “caixa dois” em campanhas eleitorais e mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo (esta, após o controle das variáveis socioeconômicas). Nem a avaliação do presidente Lula, do Governo Lula, do Congresso e da situação política atual estão associadas à variável explicativa após o controle dos dados socioeconômicas.³⁹

São quatro as variáveis associadas à taxa de consumo de Jornal Nacional: a percepção sobre a questão da *corrúpção e o tráfico de influência durante o governo Lula* e da avaliação dos *partidos políticos, do governo e dos deputados e senadores*. Todas elas, após o controle das variáveis socioeconômicas, associam-se à taxa de consumo do noticiário. Como esperado para o caso da avaliação das instituições, as associações são positivas. Quanto maior o consumo de Jornal Nacional melhor a avaliação da atuação do governo, dos partidos políticos e dos deputados e senadores. Isso indica que, apesar,

39. Os modelos de regressão utilizados são para efeito de predição, ou seja, avaliar que conjunto de variáveis explicativas afetam as variáveis dependentes.

das notícias negativas sobre corrupção, o fato de as instituições não serem caracterizadas negativamente e, ainda, serem apresentadas em funcionamento, pode ter ajudado a melhorar os níveis de cognição dos indivíduos, dando subsídios para que as avaliassem melhor.

Entretanto, o resultado para a primeira hipótese não foi o esperado. Não foram encontradas associações, positivas ou negativas, entre a taxa e variáveis de percepção do problema da corrupção, com exceção de uma. Ao contrário da hipótese proposta, quanto mais se assiste ao Jornal Nacional, mais as pessoas tendem a perceber que a questão da corrupção e do tráfico de influência no Governo Lula melhorou. Dado o período estudado, com uma quantidade extensiva de notícias negativas sobre corrupção, envolvendo políticos e partidos, como explicar esse resultado?

Apesar de uma proporção grande de notícias negativas sobre o campo da política, esse tipo de abordagem limitou-se a *indivíduos* e não a *instituições*. Ao contrário, essas instâncias democráticas foram mostradas em funcionamento. Essas informações podem estar associadas à ideia de transparência, o que explicaria avaliações melhores de instituições entre aqueles que assistiram ao telejornal.

A ausência de associações com a taxa e variáveis de comportamento de políticos (que, de fato, foram caracterizados negativamente pelo telejornal) pode estar relacionada com a incapacidade de o noticiário, a despeito desse conteúdo, influenciar as pessoas. Também é possível que o ambiente maior da sociedade estivesse permeado pelo mesmo tipo de informação⁴⁰. Não sendo a visão negativa da classe política exclusividade do Jornal Nacional, não seriam seus maiores telespectadores que apresentariam uma visão diferenciada do restante da população.

Existe, ainda, outro elemento a ser considerado. A mídia brasileira é frequentemente retratada como tendo um viés antipolítico. Entretanto, essa característica não é exclusiva da abordagem dos meios de comunicação, e sim um traço mais perene da cultura política brasileira⁴¹. Assim, é possível que o Jornal Nacional mais reflita essa perspectiva, do que exerça algum tipo de influência.

Parte-se também do princípio de autonomia dos telespectadores diante das mensagens a que estão expostos. A maneira como cada cidadão recepcionará a informação depende muito do contexto ao qual está inserido, podendo atuar

40. A análise de editoriais dos principais jornais durante o período sugere isso (Cf. L. P. Miguel, “A Crise e suas Fronteiras: Oito Meses de Mensalão nos Editoriais dos Jornais”, em *Opinião Pública*, 2007).

41. Porto, 2000a.

diversos fatores, como educação e renda, por exemplo. Para verificar se esses elementos poderiam, de alguma forma, relacionar-se com a absorção de informação por parte dos cidadãos, optou-se por realizar uma interação entre a taxa de consumo de Jornal Nacional e a instrução e, posteriormente, com a renda⁴².

Como é possível identificar na tabela 3, quantificadas, todas as variáveis explicativas relacionam-se com as variáveis dependentes, com exceção de sexo e idade. Sexo não demonstrou ser significativo para nenhum dos casos, enquanto a idade foi significativa apenas para a avaliação do Governo Lula, que conta com apreciação melhor entre os mais velhos. A taxa de consumo do noticiário tem associação menos significativa para todas as variáveis. Escolaridade e renda, por sua vez, apresentam associações mais significantes, mas ocorre que estas são em sentido oposto. Como já exposto anteriormente, a taxa em questão está relacionada a uma melhor avaliação do governo, dos partidos políticos, dos deputados e senadores e a uma percepção de melhora na questão da corrupção no Governo Lula. Ao contrário, quanto maior a escolaridade e maior a renda, pior se avaliam as mesmas instituições e pior se percebe a questão da corrupção.

Tabela 3 Percepção de corrupção e avaliação com interações

Coeficientes de regressão (beta) com interações da taxa JN com escolaridade e com renda				
	Avaliação dos Partidos Políticos	Avaliação Deputados e Senadores	Avaliação Governo	Percepção de Corrupção gov. Lula
txjn	0,04*	0,042*	0,040*	0,041*
Sexo	ns	ns	ns	ns
Idade	ns	ns	0,067**	ns
Renda	-0,07***	-0,081***	-0,114***	-0,129***
Escolaridade	-0,063**	-0,084***	-0,088***	-0,097***
TXJN vs. renda	ns	ns	ns	ns
TXJN vs. escolaridade	-0,044*	ns	ns	ns
R ²	0,020	0,023	0,042	0,039
N	1814	1812	1829	1792

Significância: *p < 0,10, **p < 0,05, ***p < 0,01. N= número de casos.

Fonte: projeto "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas" (2006).

42. Ver capítulo cinco para maiores detalhes sobre o procedimento.

Não existe nenhum efeito das interações entre taxa de consumo do Jornal Nacional e escolaridade ou a renda com relação à avaliação do governo, dos deputados e senadores e a respeito da percepção de corrupção durante o Governo Lula. Entretanto, existe uma associação entre a variável de interação da taxa com a escolaridade e a avaliação dos partidos políticos, como mostra a tabela 3. Isso significa que essas duas variáveis atuam conjuntamente, afetando a avaliação dos partidos. Como a interação possui uma associação negativa com a variável dependente, assim como a escolaridade, indica que quem mais assiste ao Jornal Nacional e possui um nível mais elevado de escolaridade avalia pior os partidos. Entretanto, se comparado à escolaridade sozinha, traz menor intensidade, como pode ser percebido comparando os dois coeficientes (*escolaridade X taxa de consumo* versus *escolaridade*).

Se tomarmos a audiência do Jornal Nacional como representando, de alguma forma, uma variável de *informação*, então os resultados apontam para algo, em princípio, contraditório: escolaridade e informação não seguem a mesma tendência de associação. Os resultados para escolaridade revelam o “cidadão crítico” de Norris⁴³. Ou seja, é o democrata que se mostra rigoroso com a avaliação do desempenho concreto das instituições do regime. São justamente os maiores níveis de escolaridade e acesso à informação que teriam essa atitude mais crítica. Moisés⁴⁴ já havia encontrado – com os mesmos dados utilizados na presente pesquisa – que, apesar de a educação dos indivíduos afetar positivamente indicadores de mobilização, como a participação política, ela não aumenta o apoio a instituições representativas. Os mais educados são, a despeito de mais participativos, também mais críticos. Entretanto, a informação, considerando a audiência do Jornal Nacional, aparece com tendência oposta, ou seja, melhorando a avaliação dos cidadãos acerca das instituições.

Esses resultados podem ser entendidos a partir de três tipos de orientação da cultura política: uma *cognitiva*, uma *afetiva* e outra *avaliativa*⁴⁵. A educação e a informação podem estar ligadas a uma orientação *cognitiva*, que envolve *conhecimento* e *crenças* sobre o sistema político. Se por um lado as crenças sobre o sistema político podem ser construídas, a longo prazo, por processos de maior qualificação cognitiva, em que a educação representa um papel crucial, o conhecimento sobre o sistema político pode ser mais

43. P. Norris, *Critical Citizens*, 1999.

44. J. A. Moisés, “Paper”, em *Workshop: Democracy And Citizen Distrust Of Public Institutions: Brazil In Comparative Perspective*, 2007.

45. L. Diamond, *Developing Democracy: Toward Consolidation*, 1999.

dependente de informações específicas de curto prazo, em que os meios de comunicação desempenhariam papel relevante. Sendo dois elementos distintos, é plausível que representem orientações diferentes e, até, opostas.

Já uma orientação *afetiva*, que consiste em sentimentos sobre o sistema político, pode estar ligada mais à educação, que consiste em uma construção de longo prazo, do que a informações, mais ligadas a conjunturas de momento. Assim, o terceiro tipo de orientação – a *avaliativa* – que usa informação e sentimentos, representa comprometimentos a valores e julgamentos políticos sobre o desempenho do sistema político relativo a esses valores.

Dessa forma, poderíamos entender que a educação pode representar e reforçar um traço mais perene da cultura brasileira: o viés antipolítico⁴⁶. Crenças e sentimentos acerca do sistema político brasileiro, tradicionalmente de caráter mais crítico no Brasil, seriam reforçados por esse processo de maior qualificação cognitiva representada pela escolaridade. Ao contrário, informações específicas sobre o funcionamento do sistema político, representadas pela audiência do Jornal Nacional, fornecem elementos para que o cidadão avalie melhor suas instituições.

Partindo, assim, da autonomia dos indivíduos na interpretação das informações expostas pelo telejornal, o conteúdo negativo acerca da política não se contrasta com elementos mais perenes já presentes na sociedade brasileira, em que a política é vista de maneira crítica. Ao fornecer, no entanto, informação específica sobre o sistema, mostrando as instituições em seu funcionamento, principalmente em seus papéis de *accountability*, dá-se margem para uma melhor avaliação das mesmas.

Não se pode esquecer, entretanto, que a educação – como elemento mais constitutivo do arsenal cognitivo dos indivíduos – é mais forte e significativa que a informação de curto prazo fornecido pelo telejornal, o que pode ser corroborado pelos dados. Na variável em que aparece efeito de interação constata-se, assim, que a interação com a audiência do Jornal Nacional aparece apenas “suavizando” a avaliação negativa dos partidos políticos daqueles com maior escolaridade. Isto é, o efeito de interação entre escolaridade e taxa de consumo do noticiário, apesar de negativo, é mais fraco que o da escolaridade sozinho. Dessa maneira, a escolaridade aparece tornando o cidadão mais crítico. Apesar de incapaz de reverter essa tendência de longo prazo, a informação de curto prazo contida no Jornal Nacional faz com que essa crítica seja menos severa.

46. Porto, 2000a.

A prevalência da tendência de variáveis socioeconômicas ou da variável de audiência na interação pode estar relacionada à diferença entre dimensões de percepção de caráter distinto. Uma convicção mais profunda acerca de temas políticos – mais refratária a mudanças conjunturais – representaria uma percepção de “fundo”. Seria o tipo de noção decorrente de processos de socialização a longo prazo. Diferentemente, convicções de ordem mais pragmática ou conjuntural representariam posturas mais imediatas e a curto prazo, mais dependentes de informações novas para serem formadas. Podem ser chamadas de “momento”.

A suposição é que, para essas convicções de “fundo”, variáveis socioeconômicas prevaleceriam por serem mais fortemente constitutivas das características pessoais do indivíduo e, portanto, menos aptas a mudarem em um prazo mais reduzido. Ao contrário, percepções de questões de “momento” seriam mais aptas a serem influenciadas por informações a curto prazo, portanto mais susceptíveis de influência pela mídia.

Os partidos políticos brasileiros contam com um histórico de avaliações negativas motivadas pela fragmentação partidária, afetando a inteligibilidade do sistema eleitoral e a capacidade de o eleitor diferenciar os vários partidos⁴⁷. Isso implica que a avaliação dessa instituição representa uma dimensão de “fundo”, e não de “momento”. De fato, a predominância da tendência da variável socioeconômica de escolaridade – e não de audiência – na variável de interação, indica que nesse tipo de dimensão, características mais “primárias” dos indivíduos são mais importantes que a informação dos meios de comunicação.

DISCUSSÃO

Os dados do *survey* “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas”⁴⁸ apontam para uma visão muito crítica dos cidadãos em relação a avaliação das instituições e percepção do problema da corrupção. O principal telejornal do país, o Jornal Nacional, da Rede Globo, parece mais refletir que influenciar essa visão crítica, já que as poucas variáveis que estão associadas à audiência do noticiário em questão têm uma associação positiva. Instrução e renda parecem explicar mais essa visão crítica, já que

47. M. D. Kinzo, “Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2004; B. Lamounier & A. Souza, “O Futuro da Democracia: Cenários Político-Institucionais até 2022”, *Estudos Avançados*, 2006.

48. “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas”

quanto maior as duas taxas, pior a avaliação das instituições e percepção de corrupção.

Existe, ainda, um efeito de interação da variável de audiência de Jornal Nacional com a escolaridade, que afeta a avaliação dos partidos políticos. Quanto maior escolaridade, como visto, pior a avaliação. A interação com a taxa de consumo do telejornal mostra que a audiência, aliada à escolaridade, continua com uma associação negativa com a avaliação dos partidos, demonstrando a maior importância de características mais primárias dos indivíduos.

Os resultados presentes nesta pesquisa desafiam hipóteses levantadas por análises de conteúdo⁴⁹, em relação a possíveis efeitos nocivos de uma cobertura jornalística pautada por denúncias de corrupção. No contexto muito negativo de mensagens sobre o mundo político, como explicar essas associações positivas? Primeiramente, poderia ser sugerido que o ambiente de negativismo em relação à política e fartas notícias sobre corrupção estavam, de certa forma, tão abundantes em outros setores da mídia e da sociedade que não seria a audiência específica do noticiário que estaria associada a efeitos negativos. Os maiores consumidores do Jornal Nacional, portanto, não estariam mais expostos a esse tipo de ambiente que o restante da população.

No caso da percepção da corrupção, esse poderia ser o caso. Somente uma variável apresentou associação significativa. Restaria saber, entretanto, por que essa associação foi positiva. É possível, dessa maneira, que questões que a princípio possam parecer mais conjunturais – e por isso mais passíveis de influência a curto prazo – reflitam, na verdade, temas mais profundamente arraigados nas convicções do indivíduos. A crise política de 2005 poderia, inicialmente, ser entendida como um elemento conjuntural. Assim, fartas notícias sobre corrupção afetariam a percepção que os cidadãos têm do problema. Entretanto, sendo o viés antipolítico um traço mais perene da cultura política brasileira, as notícias sobre esse tema presentes no Jornal Nacional não representariam uma questão conjuntural como se imaginava⁵⁰.

Em contrapartida, no caso da avaliação das instituições, o estudo corrobora achados anteriores de que informações contidas no telejornal podem representar um papel positivo para a democracia, estimulando o apoio

49. Porto, 2000a; V. Chaia e M. A. Teixeira, “Democracia e Escândalos Políticos”, *São Paulo em Perspectiva*, 2001.

50. Pode-se traçar um paralelo com o referendo das armas de 2005. Apesar de haver uma forte tendência da mídia a favor do desarmamento, essas informações conjunturais não foram o suficiente para afetar o resultado do pleito. A estratégia da campanha do “não” foi bem sucedida ao apelar para traços e valores que permeiam o imaginário social: a ameaça de quebra de direitos e a descrença no governo e nas instituições (Cf. Veiga e Santos, 2008).

político, ao incrementar os níveis de cognição dos indivíduos (ver capítulo 5 deste livro). De certa forma, os dados amparam uma perspectiva de que o conteúdo do Jornal Nacional centrado no conflito, bem como nos desdobramentos de notícias negativas, é na verdade parte da função da mídia. O papel do jornalismo de vigiar o poder público, na sua função de *watchdog*, deveria ser mais encarado como dever democrático que como uma ameaça à cultura cívica⁵¹. A população, nesse sentido, saberia muito bem separar esse conteúdo negativo das considerações que faz sobre a política.

É possível corroborar essa explicação pela análise de conteúdo estabelecida no período. A agenda do telejornal durante esse tempo foi sobrecarregada de notícias de desvios de políticos, o que poderia ser esperado pela população como parte da função da mídia. A grande maioria dessas notícias, por sua vez, não se caracterizou por um enquadramento estratégico ou de desvalorização das instituições. A falta desse tipo de “interpretação” negativa nas notícias sobre corrupção pode ser o motivo da ausência de associação entre a audiência do Jornal Nacional e uma pior avaliação das instituições do país.

Há que se levar em consideração, obviamente, a questão da causalidade. Não é possível afirmar que o telejornal melhore a avaliação que os cidadãos têm de suas instituições e governantes ou a percepção que têm sobre o tema da corrupção. Seria também plausível afirmar que aqueles que mais possuem essas características acabam sintonizando o telejornal da Rede Globo. O que se pode dizer inequivocamente é que a audiência do Jornal Nacional *não* piora a percepção do público sobre esses assuntos.

Outro aspecto a ser levado em conta é a autonomia do público em relação ao conteúdo apresentado pela mídia. As mensagens veiculadas são interpretadas ativamente, ao invés de absorvidas passivamente pelas pessoas. A característica pessoal atua para que ele absorva, de maneira singular, o conteúdo ao qual está exposto. Para uma análise de *como* os indivíduos processam a informação, fariam-se necessárias metodologias de *recepção*, o que foge ao alcance deste trabalho. Entretanto, os resultados com variáveis de interação demonstraram como características pessoais, como a escolaridade, podem interagir com a audiência do telejornal.

Também é preciso destacar que o objetivo do capítulo era verificar possíveis associações entre dois fenômenos: o consumo do Jornal Nacional e

51. R. Schmitt-Beck e K. Voltmer, “The Mass Media in Third-Wave Democracies: Gravediggers or Seedsmen of Democratic Consolidation?”, em R. Gunther, J. R. Montero e H.-J. Puhle (eds), *Democracy, Intermediation, and Voting on Four Continents*, 2007.

atitudes dos cidadãos diante da corrupção e da avaliação das instituições. Não sendo seu propósito, portanto, buscar os fenômenos que mais explicam essas atitudes. Dessa maneira, não se pretende afirmar que o telejornal é o fator mais relevante a ser levado em consideração para explicar as atitudes do cidadão em relação ao sistema político. Entende-se que essa explicação possui, evidentemente, múltiplas dimensões. O que se perseguiu neste texto foi contribuir apenas com um aspecto do problema.

Os resultados permitem afirmar que abordagens que veem os meios de comunicação como veículos extremamente influentes, capazes de piorar a percepção do público sobre suas instituições e representantes, não encontram aqui subsídios para o caso brasileiro.

ANEXO A

VARIÁVEIS UTILIZADAS

Audiência de TV

“Quantas horas por dia você gasta assistindo TV (Até 1, 2, 3, 4, 5 horas, mais de 5 horas? Ou você não costuma assistir TV?)”

Audiência do Jornal Nacional|Jornal Nacional

“Com que frequência você assiste o **Jornal Nacional** da TV Globo durante a semana? (1, 2, 3, 4, 5 vezes, todos os dias ou você nunca assiste o Jornal Nacional?)”

Comportamento dos políticos 1

Em relação aos nossos políticos e governantes, o(a) sr.(a) diria que é um comportamento... (de todos, da maioria, da minoria ou de nenhum)... dos políticos e governantes brasileiros: mudar de partido em troca de dinheiro ou cargo.

Comportamento dos políticos 2

Em relação aos nossos políticos e governantes, o(a) sr.(a) diria que é um comportamento... (de todos, da maioria, da minoria ou de nenhum)... dos

políticos e governantes brasileiros: superfaturar obras públicas e desviar dinheiro para o patrimônio pessoal.

Comportamento dos políticos 3

Em relação aos nossos políticos e governantes, o(a) sr.(a) diria que é um comportamento... (de todos, da maioria, da minoria ou de nenhum)... dos políticos e governantes brasileiros: usar “caixa 2” em campanhas eleitorais.

Variáveis de Avaliação:

Gostaria que você avaliasse a atuação de cada uma das seguintes instituições (ótima, boa, regular, ruim, péssimo): do Congresso Nacional, dos Partidos Políticos, do Governo, do Presidente.

Avaliação dos senadores e deputados

Você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho... (ótimo, bom, regular, ruim, péssimo)?

Avaliação da situação política

Como você avalia a situação política do Brasil hoje? (Muito boa, Boa, Regular, Ruim ou Muito Ruim)

Avaliação do governo Lula

Em sua opinião, o presidente Lula está fazendo um governo (Muito Bom, Bom, Regular, Ruim ou Muito Ruim)?

Percepção de corrupção no governo Lula

E no governo Lula, falando de corrupção e tráfico de influência, as coisas (melhoraram, ficaram iguais, pioraram) ao que era antes?

Percepção de corrupção no último ano

E no último ano, a corrupção (aumentou muito, aumentou pouco, permaneceu igual, diminuiu pouco ou diminuiu muito)?

Avaliação da corrupção

Você diria que a corrupção é um problema (muito sério, sério, pouco sério, não é um problema sério)?

